

EXERCÍCIO DO DIREITO DE SUPRESSÃO

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

Nome / Razão Social:

Endereço do escritório/serviço junto do qual é exercido o direito de acesso:

Rua/Praça

....., n.º
..... Código postal, localidade
.....

DADOS DO TITULAR OU REPRESENTANTE LEGAL

Sr./Sra.

.....,
maior de idade, com domicílio na Rua/Praça
..... n.º
....., localidade, província
....., C.P., com N.I.F. n.º
..... e correio eletrónico
..... por meio do presente escrito
exerce o direito de supressão, em conformidade com o previsto no
artigo 17.º do Regulamento UE 2016/679, Regulamento Geral de
Proteção de Dados (RGPD).



SOLICITA

Que se proceda à supressão dos meus dados pessoais no prazo de um mês a contar da receção deste pedido, e que me seja notificado, por escrito, o resultado da supressão efetuada.

Que, caso se conclua que não é possível proceder, total ou parcialmente, à supressão solicitada, tal me seja comunicado de forma fundamentada, a fim de que eu possa, se for caso disso, apresentar reclamação junto da autoridade de controlo competente.

Que, caso os meus dados pessoais tenham sido comunicados por esse responsável a outros responsáveis pelo tratamento, lhes seja igualmente comunicada a presente supressão.

Recomenda-se que o presente formulário seja acompanhado de um documento no qual sejam expostos, de forma detalhada, todos os dados que permitam identificar o objeto da sua pretensão.

Em a de de 20.....

Assinado



INSTRUÇÕES

1. O presente modelo será utilizado pelo titular dos dados quando pretenda a supressão dos seus dados pessoais e se verifique qualquer uma das situações previstas no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. Por exemplo, quando exista um tratamento ilícito dos dados ou quando tenha deixado de existir a finalidade que motivou o seu tratamento ou recolha.
2. Não obstante, encontram-se previstas determinadas exceções em que o exercício deste direito poderá não ser atendido. É o caso, por exemplo, das situações em que deva prevalecer o direito à liberdade de expressão e de informação
3. O requerente deverá estar suficientemente identificado no pedido, que deverá estar assinado. Se o pedido for formulado por terceiro, deverá ser comprovada oportunamente a representação outorgada para esse efeito. Deve saber que, quando o responsável pelo tratamento tiver dúvidas razoáveis sobre a identidade da pessoa singular que apresenta o pedido, poderá solicitar que sejam fornecidas as informações adicionais necessárias para confirmar a sua identidade.
4. A Agência Espanhola de Proteção de Dados não dispõe dos seus dados pessoais e só pode facultar os dados de contacto dos Delegados de Proteção de Dados das entidades obrigadas a designar um que tenham comunicado a sua nomeação à Agência. Também pode facultar estes dados de contacto relativamente às entidades que tenham designado um Delegado de forma voluntária e o tenham comunicado.



5. O titular dos dados pessoais objeto de tratamento deve dirigir-se diretamente ao organismo público ou privado, empresa ou profissional de quem presume ou tem a certeza de que possui os seus dados.

6. Para que a Agência Espanhola de Proteção de Dados possa tramitar a sua reclamação no caso de não ter sido atendido o seu pedido de exercício do direito de apagamento, é necessário que o responsável não tenha efetivado o direito e que apresente algum dos seguintes documentos:

- A recusa do responsável pelo tratamento ao apagamento dos dados solicitados.
- Cópia carimbada pelo responsável pelo tratamento do modelo de pedido de apagamento.
- Cópia do modelo de pedido de apagamento carimbado pelos correios ou cópia do recibo do envio por correio registado.
- Quaisquer outros meios de prova facultados pelo responsável pelo tratamento dos quais se possa deduzir a receção do pedido.